



Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Política de educação.

OS SENTIDOS DA EDUCAÇÃO PARA A POPULAÇÃO EXCEDENTE O INGRESSO DOS “MAIS POBRES” NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA¹ DO IFRJ

LUCILIA CARVALHO DA SILVA²

Resumo: O artigo apresenta a pesquisa para o doutoramento em Educação, cujo objeto foi a entrada dos trabalhadores no IFRJ, mediante a oferta dos programas de formação inicial e continuada. A partir do estudo, concluímos que os cursos atuam na construção do consenso da superpopulação relativa, pela via da assistencialização da educação como mecanismo de alívio da pobreza. A generalização do trabalho simples é a opção deste projeto educacional, ao passo que, o público que faz uso dos cursos, composto majoritariamente do subproletariado, intenciona a integração ao trabalho e “inclusão social”.

Palavras-chave: Educação; Educação Profissional; Pobreza; Sobrepopulação relativa.

Resumen: El artículo presenta la investigación para el doctorado en Educación, cuyo objeto fue la entrada de los trabajadores en el IFRJ, mediante la oferta de los programas de formación inicial y continuada. A partir del estudio, concluimos que los cursos actúan en la construcción del consenso de la superpoblación relativa, por la vía de la asistencialización de la educación como mecanismo de alivio de la pobreza. La generalización del trabajo simple es la opción de este proyecto educativo, mientras que el público que hace uso de los cursos, compuesto mayoritariamente del subproletariado, intenciona la integración al trabajo y la inclusión social.

Palabras clave: Educación; Educación Profesional; la pobreza; Sobrepopulación relativa.

1. INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram instituídos pela Lei nº 11.892/2008 no governo Lula, compondo a reforma da educação profissional que promoveu uma ampla expansão de ofertas educativas de educação profissional e tecnológica no Brasil. A expansão desta modalidade de ensino nos marcos dos governos Lula-Dilma foi justificada oficialmente pelo déficit de democratização e interiorização da educação brasileira. Entendida pelos gestores do MEC como uma revolução na educação profissional

¹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresenta a qualificação profissional ou cursos de formação inicial e continuada como uma das ofertas educativas da modalidade “Educação Profissional”. No caso dos Institutos Federais, os cursos FIC são oferecidos majoritariamente pela via de programas educacionais.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <lucarvalho1977@gmail.com>

(PACHECO, 2008), a reforma, pelo seu modelo e conteúdo, expressou a agudização dos mecanismos de nossa clássica dualidade educacional, uma educação para a classe dirigente e uma educação para a classe subalternizada.

A estrutura híbrida dos IFs pelo ensino verticalizado, com ofertas educativas da qualificação profissional, da educação básica e da educação superior, não enfrentou o histórico de uma política de formação profissional caracterizada pela dualidade, ao contrário, as distintas ofertas educativas direcionadas às frações diversas da classe trabalhadora, tornou ainda mais complexa a apreensão do caráter dual da educação, constituindo-se uma dualidade educacional de novo tipo (RUMMERT, ALGEBAIL E VENTURA, 2011).

No esforço de elaboração da tese nos interessou a forma de ingresso das frações mais empobrecidas da classe trabalhadora que adentram os IFs pela oferta da educação por programas de formação inicial e continuada, cujo ápice de amadurecimento deste paradigma é a institucionalização do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), promulgado pela Lei nº 12.513/2011, pela então presidente Dilma Rouseff.

Nossas hipóteses, ratificadas nos estudos empreendidos, foram construídas a partir de três eixos fundamentais que concluímos ser a opção da educação de jovens e adultos trabalhadores e “em reserva” nos marcos da hegemonia lulista no Brasil: 1) A política de educação profissional e tecnológica brasileira como um dos vetores privilegiados de construção do consenso; 2) A diversificação das ofertas educacionais nos diferentes níveis da política de educação torna mais complexa a dualidade educacional; 3) A oferta educacional por programas direcionada as frações mais precarizadas e excedentes dos trabalhadores reatualiza a assistencialização da educação como estratégia de alívio da pobreza e controle social (entendido aqui como aquele que o capital exerce sobre o trabalho).

2. AS PARTICULARIDADES DA OFERTA EDUCATIVA PARA A SOBREPULAÇÃO RELATIVA BRASILEIRA.

No Brasil, a educação dos trabalhadores desde o seu surgimento realiza-se de forma paralela ao ensino regular e possui como objetivo precípua a preparação de uma mão de obra particular formada também por marginalizados e desvalidos de toda sorte, visando à ocupação das funções inferiores do universo produtivo (KUENZER, 1991). Desarticuladas do compromisso de domínio dos rudimentos científicos do trabalho e do aumento da escolaridade, a formação dos trabalhadores caracteriza-se no Brasil pelo amálgama entre iniciativa privada e investimento público. Em suas origens, separadas do legado do ensino escolástico direcionado às frações burguesas, desenvolvido pela ação católica no Brasil Colônia, bem como do projeto de formação superior para o Exército e administração pública do período imperial, as iniciativas de educação profissional eram realizadas parte por associações filantrópicas ou religiosas, parte pelas instâncias estatais da época, visando ao trabalho manufatureiro e artífice (SILVA, 2014 *apud* ROMANELLI, 1994).

Com o imperativo da industrialização dependente alavancada no período do Estado Novo, vivenciaremos o primeiro marco da contrarreforma da educação profissional que aprofundará a oferta de uma educação “menor” para as frações mais precarizadas dos trabalhadores. A contrarreforma materializou-se com a promulgação das leis orgânicas do ensino, cujo objetivo primordial foi preparar a força de trabalho para o trabalho de base taylorista-fordista e ratificar a diferença de uma educação instrumental para inserção ao trabalho simples, de uma educação para acesso ao ensino superior. Associada às leis do ensino, o período foi também marcado pela criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), instituições privadas com importante uso de recursos públicos que visam, tradicionalmente, oferecer qualificação aligeirada para o trabalho; bem como, pela criação da rede de escolas técnicas federais, erigindo um aparato de ideologização do trabalho pela construção de um novo tipo de trabalhador. Com essas iniciativas, o ensino profissional passa a compor uma estratégia nacional na irradiação do industrialismo (CUNHA, 2005).

Um segundo marco das iniciativas de contrarreforma da educação profissional localiza-se no período da ditadura civil-militar. A formação técnica de trabalhadores ganha outro sentido no interior da política de contenção da

demanda por educação de nível superior, entendida como lócus de disseminação do pensamento crítico. A saída encontrada pela ditadura foi a valorização da formação técnica pela profissionalização obrigatória do ensino secundário (atual ensino médio), mediante a promulgação da Lei nº 5692/71. A profissionalização obrigatória provocou a precarização da oferta na rede estadual – pelos poucos recursos para manutenção dos insumos necessários ao ensino profissional e técnico – e o disfarce dos cursos pela iniciativa privada como forma de resistir à lei, que superficializou os conteúdos técnicos do currículo para continuar a oferta de ensino de base propedêutica, orientada para acesso ao nível superior. No que se refere à rede federal, o legado da profissionalização compulsória representou a construção de uma identidade institucional de excelência das escolas técnicas e agrotécnicas, o que resultou no elitismo da oferta de ensino nessas instituições, percebidas pelos estratos médios dos trabalhadores como uma alternativa para a continuidade dos estudos.

Outro marco foi o amadurecimento da política de corte neoliberal no Brasil, nos anos de 1990, sobretudo, na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. No campo da educação profissional, a contrarreforma se expressou pela separação obrigatória do ensino médio do ensino técnico (Decreto nº 2208/1997) e o protagonismo do Ministério do Trabalho e Emprego articulado às instituições sem fins lucrativos na oferta de cursos de qualificação para os trabalhadores.

O saldo das políticas da década de 1990 e início dos anos 2000 para a educação profissional é o reforço das formas fragmentadas da oferta educacional e a preservação da clássica dualidade estrutural presente desde as protoformas da educação brasileira. Diante das estratégias destacadas no período de estudo, vislumbramos ofertas de ensino cuja tônica foi a generalização do trabalho simples. No que tange ao discurso da empregabilidade e do empreendedorismo, mote dos cursos de qualificação profissional, as políticas adotadas não expressaram mudanças significativas na materialidade das condições de vida da classe trabalhadora, mas tiveram um impacto relevante nas formas de pensar a educação na contemporaneidade.

3. A EDUCAÇÃO POR PROGRAMAS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA NOS INSTITUTOS FEDERAIS.

A ascensão de um governo de esquerda parecia revelar a incorporação das bandeiras de luta dos movimentos sociais da educação e um rompimento com as tradicionais políticas de separação de uma educação para o trabalho simples e uma educação para o trabalho complexo. Ainda, parecia traduzir o compromisso com a oferta das bandeiras populares que marcaram as lutas em defesa da tríade educação pública, gratuita e de qualidade. Porém, no caso da política de educação profissional e tecnológica, o governo Lula demonstrou sua face controvertida, pois atendeu as reivindicações pela revogação do Decreto Nº 2.208/97 e pela formação do trabalhador com elevação da escolaridade, porém, lançou programas que reforçam a dualidade no interior do sistema educacional.

No campo da educação profissional e tecnológica, operacionalizada no âmbito do Ministério da Educação, na primeira e no início da segunda gestão do governo Lula, a aproximação com intelectuais ligados ao campo de pesquisa trabalho e educação da ANPED e de profissionais de educação, historicamente reconhecidos pela militância nos Congressos Nacionais de Educação e outros canais de participação política, permitiu a incorporação de temáticas, reconhecidamente contra-hegemônicas, ao aparato jurídico-institucional das iniciativas do MEC. Apesar da pressão teórico-política no campo da esquerda, as frações burguesas brasileiras ocuparam os tradicionais espaços de luta e representação política dos profissionais da educação, com a legitimidade garantida pelo governo nas políticas de incentivo público-privado propiciadas pelo MEC.

Um marco importante das disputas no âmbito da educação profissional foi a revogação do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, exarado na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, com vistas à redução da educação profissional e tecnológica para a perspectiva instrumental, favorecida pela separação entre ensino médio e ensino técnico. O Decreto nº 2.208/1997 foi

substituído pelo Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, que possibilitou o retorno da oferta da educação técnica integrada ao ensino médio, como uma das modalidades de oferta do ensino técnico. O novo decreto não aboliu a oferta restrita de educação profissional de nível médio, contudo, criou alternativas de ensino que atenderam a múltiplos projetos de educação nesta modalidade da educação nacional.

Frigotto, Ciavatta & Ramos (2005) ao tratarem do percurso do governo Lula nos anos de 2003 a 2005, apontam que o debate ampliado necessário à possibilidade da construção do ensino médio integrado à educação profissional não aconteceu. Para os autores, a esperança de uma oferta educativa que caminhasse na direção da politécnica foi abortada pela exclusiva iniciativa de exarcação do Decreto nº 5.154/04, que deveria ser tratado como ato transitório. O decreto não foi somado a outras estratégias que permitissem a construção de uma proposta de ensino médio técnico realmente antagônica às propostas historicamente implementadas no Brasil, como por exemplo, a substituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Na esteira do decreto, o MEC lançou programas focais, descomprometidos com a integração da educação profissional com a educação básica e consequente elevação da escolaridade.

A oferta de uma “educação pobre” para os “pobres”, problematizada por Rummert (2005), associada ao empresariamento da educação, constitui dois aspectos centrais no desenho das políticas educacionais no governo Lula e ampliados no governo Dilma. No que tange ao primeiro aspecto, observamos um movimento de inclusão de frações mais pauperizadas da classe trabalhadora ao acesso à educação profissional, porém para modalidades de ensino residuais que se apresentam como “excludentes” por pressupor uma oferta formativa menor frente aos tradicionais cursos das escolas de nível médio técnico da rede federal.

No limiar dessas disputas, assoladas pela orientação hegemônica do capital para a educação dos trabalhadores, que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados, com a atribuição de constituírem-se laboratórios por excelência das propostas do governo federal para a educação

profissional e tecnológica. A despeito da originalidade que o formato das políticas de educação profissional e tecnológica brasileiras pode pressupor, sua filiação sofre influência de uma série de orientações de organismos internacionais que representam um sujeito coletivo de relevância na definição de estratégias para a educação da periferia do capital.

Os Institutos Federais são instituídos no esteio de uma série de medidas afinadas com as políticas centradas, particularmente, no binômio pobreza-segurança e na promessa inclusiva da educação (LIMA, 2017). O que caracteriza a influência dessas duas perspectivas para a educação nos IFs é a ampliação das ofertas formativas para as frações de classe mais pauperizadas dos trabalhadores, o subproletariado (sobrepopulação relativa) (SINGER, 1981) e o precariado (proletariado precarizado) (BRAGA, 2012).

Além das ofertas formativas já presentes nos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (ofertas integradas, concomitantes e subsequentes de ensino médio, cursos de ensino superior e PROEJA), os Institutos Federais ampliaram suas ofertas de educação profissional e tecnológica para abrigar cursos sem o objetivo de elevação da escolaridade. Pelo recorte destas ofertas educativas, o público que delas faz uso são trabalhadores informais, desempregados e subempregados de toda a sorte que recebem dos Institutos uma oferta educativa aligeirada, mas que trazem como chancela a boa fama da qualidade da educação historicamente ofertada pela rede federal.

Em nossos estudos privilegiamos a análise da educação para as populações excedentárias expressas nos Programas de Formação Inicial e Continuada desenvolvidos nos Institutos Federais³:

- PROEJA FIC: curso técnico articulado ao ensino fundamental ofertado pelo convênio das escolas municipais com os Institutos Federais, em que as primeiras são responsáveis pela educação básica de nível fundamental e o segundo pela formação técnica.

³ No ano de 2014 todos os Programas de Formação Inicial e Continuada foram incorporados a matriz do PRONATEC, sem contrapartida de articulação com a educação básica, portanto, sem compromisso com a elevação da escolaridade.

- REDE CERTIFIC: programa de certificação de saberes com vistas ao aumento da escolaridade dos trabalhadores. A certificação está condicionada ao pré-requisito de escolaridade e conhecimento técnico de cada área de certificação. A ideia é oferecer aos trabalhadores que não atenderem o perfil de certificação o itinerário formativo dos IFs (PROEJA, PROEJA/FIC e PRONATEC).
- PROGRAMA MULHERES MIL: programa que prevê a oferta de educação profissional para mulheres em situação de “vulnerabilidade social”, estimulando o desenvolvimento de práticas individuais de geração de renda ou de economia solidária, articulado a educação básica (não oferecida nos IFs, mas o pré-requisito para o ingresso das mulheres aos cursos era frequentar a escola).
- PRONATEC – Bolsa Formação Trabalhador: cursos de formação inicial e continuada direcionados a trabalhadores formais e informais, desempregados e pessoas em “situação de vulnerabilidade social” assistidas pelos programas de transferência de renda do governo federal. Pelo conteúdo e forma que foram implementados, os programas de formação inicial e continuada são caracterizados pela exterioridade, pela terceirização, pelo aligeiramento dos cursos e pela precarização das condições da oferta educativa.

4. PERFIL DOS ESTUDANTES DOS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA NO IFRJ⁴.

A exposição da caracterização dos estudantes neste artigo foi organizada a partir de quatro elementos: a) a relação dos estudantes com o trabalho; b) a relação dos estudantes com as políticas de assistência social, previdência e de proteção ao trabalho (carteira assinada e seguro-desemprego); c) a relação dos estudantes com a educação/escolaridade; d) a relação dos estudantes com a participação política organizada.

⁴ Na tese, os oitenta estudantes que compuseram a amostra realizavam cursos do Programa PRONATEC FIC (Bolsa Trabalhador) e do Programa Mulheres Mil.

A faixa etária majoritária é formada por jovens na faixa de 15 a 19 anos (26,25%), seguida da faixa de 40 a 49 anos (22,50%). A partir de novo agrupamento que toma em consideração o corte etário jovem definido pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), de 15 a 29 anos, os estudantes jovens dos cursos FIC correspondem a 42,5% da amostra. Somando os adultos dos três decênios de faixas etárias (de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos e de 50 a 59 anos), a amostra de adultos compõe 53,5% dos estudantes. Os idosos constituem uma parcela ínfima de estudantes que corresponde a 3,75% da amostra.

Quanto à cor, os dados do conjunto de estudantes dos cursos FIC (PRONATEC FIC e Mulheres Mil) revelam a predominância dos que se autodeclararam pardos (41,25% das respostas), seguidos dos autodeclarados brancos (40%) com uma diferença percentual pequena. Contudo, considerando pretos e pardos um agrupamento único de “não brancos”, o percentual de autodeclarados brancos apresenta percentual menor no cômputo da amostra (40% de brancos para 60% de não brancos).

Será exatamente a faixa de 1 a 2 salários mínimos a mais frequente da pesquisa, respondendo por 56,25% dos estudantes. Em segundo lugar comparece a faixa de renda entre 2 e 3 salários mínimos (22,50%) e em seguida, a faixa de rendimentos menores que 1 salário mínimo (15%). Por agrupamento, as faixas de menos de 1 salário mínimo e entre 1 e 2 salários mínimos correspondem a 71,25% da pesquisa, o que nos sinaliza que os estudantes dos cursos FIC são majoritariamente estudantes de baixos rendimentos familiares, que não ultrapassam a marca de dois salários mínimos.

Não podemos desprezar que, além dos salários de base, 15% dos estudantes declarou ter renda familiar de menos de 1 salário mínimo, aproximando o perfil deste segmento ao perfil do subproletariado descrito por Paul Singer (1981) – sem considerar a equivalência do poder de consumo do salário mínimo no período estudado por Paul Singer e preservando a representação do nível salarial. Ao analisar os censos da década 1970, o autor concluiu que o subproletariado, pelo indicador de renda, representava em 1976

as pessoas com renda inferior a 1 SM e metade das que tinham renda de 1 a 2 SM (SINGER, 1981, p.88).

Na amostra, 36,25% informaram que não trabalham e 30% que estão desempregados. Agrupando os não trabalhadores e desempregados com os estratos de pessoas aposentadas e impossibilitadas de trabalhar (3,75% no somatório de todas as faixas pertinentes), 69,50% dos estudantes dos cursos FIC não geram renda pela interseção com uma atividade produtiva, seja porque não conseguiram trabalho, porque já trabalharam ou porque não podem trabalhar.

Os empregados respondem por 17,50% da amostra, os autônomos e trabalhadores individuais 11,25% e proprietário(a) de um negócio por 1,25% dos estudantes. O conjunto de estudantes ocupados corresponde, portanto, a 30% da amostra. Os 30% de estudantes ocupados estão distribuídos, pela área de ocupação, no setor de prestação de serviços com 21,25% dos estudantes e na área do comércio com 8,75% dos estudantes.

A área de ocupação dos estudantes que trabalham, pela via formal ou informal, corresponde à tendência do movimento do emprego no Brasil, representado pela crescente ampliação do setor de serviços (POCHMANN, 2012). Somando a média salarial dos estudantes e a natureza das ocupações no setor terciário, confirmamos a aproximação dos estudantes dos cursos FIC do perfil do subproletariado e do precariado.

O fato de 78,75% dos estudantes terem assinalado que não têm empregador não significa que a totalidade desses estudantes não trabalha, visto que 11,25% dos estudantes da amostra são autônomos ou trabalhadores individuais. Do percentual de 11,25% de estudantes autônomos, 3,75% mencionaram ter escolhido trabalhar por conta própria e 7,50% o são porque não conseguiram emprego formal.

Os estudantes que viveram a experiência do emprego, em sua maioria, permaneceram pouco tempo no último emprego. O mais expressivo estrato de estudantes permaneceu menos de 1 ano no último emprego (17,50%), seguido do estrato de estudantes que não permaneceu mais de 3 anos no emprego (11,25%), o que revela os vínculos instáveis de trabalho.

O fato de a maioria dos estudantes dos cursos FIC não gerarem renda coaduna com o dado sobre a função econômica dos estudantes na família, em sua maioria composta por dependentes (57,50). A faixa de 13,75% dos estudantes tem a renda principal da família, para os quais utilizamos a categoria “chefes de família”, o que não significa dizer que a pessoa contribui exclusivamente para o sustento próprio e/ou do grupo familiar. Outros 28,75% relataram compor renda, ou seja, não possuem a renda principal, mas contribuem para custear as despesas.

A participação política organizada não é uma forma de expressão do comportamento político das frações de classe que compõe os estudantes dos cursos FIC, conforme demonstra o resultado da pesquisa. Somando as diversas filiações de participação civil, apenas 10% das respostas fazem referência à participação em uma forma de representação, com destaque a filiação a partido político (5%). O dado que revela ser 85% o percentual de estudantes que não possui nenhuma forma de participação política é expressão de como estes estudantes se inscrevem nas lutas sociais, de maneira não mediada pelas formas coletivas de organização de um projeto de classe ou simplesmente de um projeto corporativo.

No caminho oposto à participação civil organizada, apenas 3,75% dos estudantes registrou não ter religião. No somatório de todos os que citaram ter alguma vinculação religiosa, 96,25% dos estudantes apresentaram filiação a uma forma de orientação espiritual, com destaque a religião evangélica (50%) e católica (32,50%).

Os estudantes dos cursos FIC majoritariamente não possuem acesso a benefícios securitários de qualquer natureza (62,50%). Dentre os que têm acesso, a participação mais significativa é a inscrição no programa vinculado à política de assistência social do governo federal, Programa Bolsa Família (28,75%). A inscrição em outros benefícios foi assinalada de forma pulverizada, representando no conjunto 8,75% da amostra.

No que se refere a escolaridade, 46,25% da amostra de estudantes apresentaram ensino médio completo, 22,50% ensino médio incompleto, 11,25% ensino fundamental incompleto, 6,25% fundamental incompleto, 8,75% superior incompleto, ao passo que os estudantes que concluíram o ensino superior ou

fizeram pós graduação não chegam a 4% dos estudantes. Ademais, 40% dos estudantes estavam 5 anos ou mais fora da escola, 35% estavam estudando e 23,75% estavam fora da escola por um período menor que 5 anos.

Com base nestes indicativos sobre o perfil dos estudantes dos cursos FIC, cabe-nos problematizar, a partir de seus discursos, como os sentidos da educação para as frações de classe precarizadas e excedentárias materializam as determinações mais gerais para a educação dos trabalhadores pela oferta dos cursos de formação inicial e continuada.

5. OS SENTIDOS DA EDUCAÇÃO POR PROGRAMAS PARA AS FRAÇÕES MAIS PRECARIZADAS E EXCEDENTES DA CLASSE TRABALHADORA.

Os estudantes tiveram a oportunidade na pesquisa de assinalarem qual foi o principal motivo para a escolha do curso. Não permitimos aos entrevistados a marcação de múltiplas respostas, porque intencionamos o maior valor atribuído tanto na escolha do curso quanto no que se espera dele ao final.

O índice mais expressivo para os motivos de escolha do curso foi a necessidade de conseguir emprego, com 32,50% das respostas. O horizonte de aumento da escolaridade aparece com uma faixa significativa de estudantes (20%), se somarmos as faixas de estudantes que desejam continuar estudos no ensino médio (3,75%) com a faixa de estudantes que deseja fazer uma faculdade (16,25%). Neste quesito, cabe uma observação: os cursos de formação inicial e continuada analisados (PRONATEC FIC e Mulheres Mil) não garantem aumento da escolaridade, contudo, os estudantes perceberam a matrícula em cursos específicos como uma forma de preparação para acesso ao ensino médio técnico e/ou à faculdade de área correlata.

Apenas 2,50% escolheu o curso para ser promovido no emprego, 12,50% escolheu para abrir o próprio empreendimento e 8,75% considerou o acesso ao certificado a maior motivação para realização do curso.

A segunda faixa mais expressiva foi a dos estudantes que escolheram o quesito “outro motivo” (23,75%) para matrícula no curso. Nem todos os estudantes citaram o que seria o motivo para escolha do curso, mas os que

citaram, sinalizaram questões que não guardam relação direta com o aumento da escolaridade, com o emprego e com o trabalho por conta própria. Questões como “melhorar a autoestima” e apenas “aprender” foram as que mais apareceram como motivo de escolha não explícita no questionário, ainda que relatos como “mudar de profissão” também estivessem presentes.

As motivações dos estudantes para a escolha do curso são aclaradas nas respostas às perguntas abertas. Quando questionados sobre por que escolheram fazer o curso e tiveram a possibilidade de responder livremente à questão, os estudantes relataram motivos que agrupamos em oito eixos:

- 1) Para complementar conteúdo específico de curso de nível médio ou superior em andamento ou como preparação para futuro ingresso em curso de nível médio ou superior em área correlata.

Na seção de perguntas abertas, os estudantes tiveram a possibilidade de sinalizar que a inscrição nos cursos FIC representava para uma parcela dos entrevistados a possibilidade de especificação de conteúdo pouco explorado nos cursos técnicos ou nos cursos de nível superior. Para outra parcela de estudantes, o curso FIC servia como antecipação de conteúdos pertinentes à área de estudos que almejam cursar no nível médio ou no nível superior. Por vezes foi identificada como oferta possível de formação, visto que não há possibilidade disponível da oferta educativa desejada. Neste caso, a oferta educativa do curso FIC aparece como algo que se pratica no hiato, enquanto a possibilidade de uma educação melhor não chega ou não se conclui.

- 2) Para conseguir emprego ou mudar de profissão.

A motivação deste grupo de estudantes para a matrícula no curso FIC guarda relação direta com o acesso ao emprego. Seja pela oferta de emprego para quem está sem ocupação, seja a oferta de um emprego melhor para aqueles que estão empregados.

O discurso ingênuo dos estudantes reproduz o discurso hegemônico em torno do mercado da formação profissional e da formação profissional para o mercado, que individualiza o não acesso ao emprego como elemento ausente na força de trabalho disponível, culpabilizando o trabalhador pela sua condição de inempregável. Ademais, a promessa de um emprego melhor é refutável diante

de qualificações aligeiradas que os habilita apenas para ocupações de baixos rendimentos.

- 3) Para qualificação, para acesso ao certificado e incremento do currículo profissional.

Ainda que o eixo 3 seja similar ao eixo 2, separamos os grupos de relatos dos estudantes, porque identificamos no eixo 3 uma preocupação maior com a etapa de profissionalização e certificação para acesso ao emprego. Fazer ou incrementar um currículo de educação profissional é considerado uma etapa importante para a pretensa empregabilidade, não importando que diploma e que currículo. O valor atribuído ao certificado é maior que o conhecimento a adquirir com vistas a uma dada ocupação e, neste caso, por ter a chancela de uma instituição de ensino federal, o certificado ganha “poderes místicos” pela fama da rede federal de educação profissional e tecnológica na formação de excelência.

O certificado, sob esta perspectiva, é uma garantia de um futuro melhor, dado que a profissionalização aferida pelo certificado atribui valor a práticas de trabalho que antes eram realizadas como política de solidariedade local, como o caso do cuidado de idosos, por exemplo.

- 4) Para o trabalho individual e/ou abertura do próprio empreendimento.

O horizonte de “abrir o próprio negócio” é muito presente no discurso das estudantes do Programa Mulheres Mil como atividade que se faz no ambiente doméstico, uma vez que as estudantes em questão não podem trabalhar e contribuir para a renda, visto que precisam cuidar dos filhos. Contudo, o ato de empreender como alternativa de trabalho também aparece nos discursos de estudantes do PRONATEC FIC, independente do sexo, numa clara adesão do autoemprego como estratégia de geração de renda para os trabalhadores precarizados e subproletários.

- 5) Para promoção ou melhorias de rendimento no emprego e aperfeiçoamento de atividades que já realiza.

Somente dois estudantes mencionaram a relevância do curso FIC para melhorias nas condições de assalariamento e posição no emprego. Para os outros estudantes empregados da amostra não há conexão entre a qualificação

profissional e a manutenção do emprego. Através do cruzamento entre os relatos de estudantes que escolheram realizar o curso para melhorar sua condição no emprego com os estudantes que demandam mudar de profissão para outra ocupação que lhes traga melhores rendimentos e condições de trabalho, consideramos que a maioria dos estudantes empregados e trabalhadores autônomos não estão satisfeitos com seus rendimentos e condições de trabalho, projetando nos cursos FIC a esperança de melhores condições de vida pela possibilidade de acesso a um emprego melhor.

6) Para ganhos imateriais e subjetivos.

Os ganhos imateriais e subjetivos foram apontados como fator positivo do curso e também, para um conjunto de estudantes, representou uma das principais motivações para acesso aos programas de formação inicial e continuada. Auxiliar o próximo pelo trabalho voluntário, contribuir para o aprendizado dos filhos, elevar a autoestima, participar de grupos de convivência e socialização são dimensões da vida destes estudantes que não são supridas por outras políticas setoriais como a promoção da saúde, do lazer, da assistência social, dentre outras, o que oferece aos cursos FIC um sentido a mais à qualificação profissional.

7) Para aprendizado.

O eixo de escolha do curso para aprendizado tem a mesma essência dos ganhos imateriais e subjetivos tratados no eixo anterior. Contudo, demos destaque a estes relatos porque o ato de aprender para estes estudantes representa um ganho em si mesmo, não algo que provoca o acesso a outras dimensões da vida social. O aprender neste contexto, serve de instrumento fundamental para ocupação do tempo livre das frações da classe trabalhadora “em reserva”. Uma forma de continuidade de saberes oriundos da tradição de trabalho da família, uma forma de domínio de tecnologias não acessíveis, o aprendizado de trabalhos manuais e uma maneira de obter uma profissão, não necessariamente para trabalhar, que se apresenta como um requisito de pertencimento, de “inclusão” na sociedade do trabalho capitalista.

Os relatos representam uma resignação frente à condição de estar “em reserva” e uma aceitação passiva frente à impossibilidade de mobilidade para além do lugar que ocupam na divisão social do trabalho. Ao contrário dos

estudantes que mantêm o desejo latente da incorporação ao trabalho e emprego, os estudantes que escolheram participar do curso para aprender, esperavam no processo de matrícula nos cursos o acesso à educação profissional como objetivo encerrado em si mesmo. Por outro aspecto, podemos considerar que a busca pela expansão cognitiva, pelo aprendizado em si, caminha na direção contraposta à educação instrumental, restrita as necessidades do mercado de trabalho, o que não pode deixar de ser entendido como uma contradição da proposta de educação direcionada a superpopulação relativa.

8) Por falta de opção.

Poucos foram os estudantes que não relataram uma intencionalidade para escolha do curso, no entanto, as exceções registraram que escolheram o curso por não dispor do curso de seu interesse no leque de ofertas de cursos do campus mais próximo da sua residência. No caso específico de um aluno, a compulsoriedade da participação para acesso à parcela do seguro-desemprego foi a principal causa da matrícula e em nada contribuiu para sua qualificação por ser um curso alheio às suas expectativas de recolocação profissional.

6. CONCLUSÃO

O perfil de estudantes dos cursos FIC analisados aproxima-se do perfil do subproletariado de Singer (1981), caracterizado por ser uma combinação entre a população estagnada e a população pauperizada que compõem a superpopulação relativa descrita por Marx (1980). Isso pode ser considerado ainda que tenhamos localizado durante o processo de sistematização dos dados uma parcela de estudantes que compõem o precariado de Ruy Braga, representada, especialmente, pelos jovens de escolaridade média em busca do primeiro emprego e da continuidade dos estudos.

As frações de classe que fazem uso dos cursos FIC do IFRJ esperam da modalidade de educação profissional ofertada a instrumentalização para o emprego e o trabalho por conta própria como perspectiva de melhores condições de vida, reproduzindo o discurso hegemônico da superação da estagnação e do pauperismo pela via da educação.

Para além, a população excedente que acessam os cursos dos programas de formação inicial e continuada reconhece outros ganhos, projetando na educação disponibilizada possibilidades de aportes imateriais e subjetivos que constituem dimensões importantes para o consentimento dos trabalhadores ao modelo hegemônico de produção social.

REFERÊNCIAS

BRAGA, R. **A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo; USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. (Revogado). Brasília, 1971.

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1997.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências**. Brasília, 2004.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, 2008.

_____. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); e dá outras providências**. Brasília, 2011.

KUENZER, Acacia. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007a.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2 ed. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M.A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade**. Campinas (SP), v. 26, n. 92, p.1087-1113, out. 2005.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política: O Processo de Produção Capitalista**. Livro I, Vol. 2. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. MEC/SETEC, Brasília, 2008.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

RUMMERT, S. M. Projeto Escola de Fábrica – atendendo a “pobres desvalidos da sorte” do século XXI. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 303-322, jul./dez. 2005.

RUMMERT, S., ALGEBAIL, E; VENTURA, J. **Educação e formação humana no quadro de integração subalterna no capital-imperialismo**. Texto para apresentação na 34ª Reunião Anual da ANPED. Natal, de 02 a 05 de outubro de 2011

SILVA, Lucilia C. da. **A entrada dos trabalhadores nos Institutos Federais pela via dos cursos de formação inicial e continuada: uma análise sobre a educação dos “mais pobres”**. 2014. 354 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2014.

SINGER, Paul. **Dominação e Desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.